

Aves silvestres vendidas pelo tráfico podem transmitir doenças

O levantamento desenvolvido pelo curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Cesmac aponta que as aves silvestres comercializadas pelo comércio ilegal de animais silvestres podem ser portadoras de zoonoses e transmitir doenças para os seres humanos quando inseridas de forma irregular no ambiente doméstico. A pesquisa foi realizada pelo professor Isaac Albuquerque e pela aluna Luciana Medeiros.

A proposta do estudo foi a de investigar o estado clínico geral das aves resgatadas do comércio ilegal, efetuando exames físicos para compreender as condições de maus tratos a que são submetidas, relacionando ainda as principais lesões e patologias encontradas, organizando levantamento estatístico.

Segundo dados do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) a maioria das apreensões de animais silvestres em feiras livres no Estado são feitas pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) e encaminhados para o CETAS, órgão responsável pela destinação delas. Cerca de 95% dos animais capturados pelo Batalhão em Alagoas são aves que geralmente se encontram em péssimas condições de saúde ou mortas.

“A forma de captura, transporte e manejo as quais os animais são submetidos no comércio ilegal resultam em muito sofrimento. Não raro, as aves são mutiladas, transportadas em condições precárias, sem água e comida, o que culmina na elevada debilidade delas e até a morte”, diz a estudante Luciana Medeiros.

De acordo com ela, as condições de estresse a que estão expostos resultam em uma queda de imunidade dos animais apreendidos que, por falta de processos rigorosos de controle sanitário, podem desenvolver doenças graves e transmissíveis aos seres humanos que os compram. “A maioria das zoonoses transmitidas por aves silvestres apresentam um conjunto de sintomas inespecíficos e as patologias (doenças) são de fácil transmissão para o ser humano, principalmente por ingestão, ou inalação, podendo ocorrer também por mosquitos”, explica Luciana.

O professor Isaac Albuquerque ressalta que os animais silvestres de uma forma geral mascaram seus sinais clínicos, constituindo-se importantes fontes de infecção, disseminando agentes de risco para outros animais, inclusive o homem. “Sem ter noção dos riscos, muitas vezes as pessoas que adquirem as aves contraem doenças respiratórias ou dermatológicas, como candidíase e não associam seus sintomas ao contato com os animais e o manejo de seus utensílios. Quando o animal é liberado ou adquirido em condições de debilidade ele não está sozinho, segue acompanhado por um conjunto de microrganismos como vírus, bactérias, protozoários, helmintos e artrópodes”, afirma, mencionando que muitos são os processos mórbidos conhecidos que acometem as aves mantidas em cativeiro, mas que há pouca informação a respeito de afecções e alterações em animais oriundos do tráfico.

Dados estatísticos – Das 859 aves apreendidas, no período entre maio e outubro de 2008 e encaminhadas ao CETAS, cerca de 92% eram de origem silvestre. Das espécies encontradas, três fazem parte da Lista Vermelha da União Internacional para a

Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) das espécies ameaçadas, também conhecida como Lista Vermelha da IUCN. As aves ameaçadas de extinção capturadas em Alagoas foram o Bicudo (*Oryzoborus maximiliani*), o Pintassilgo-do-nordeste (*Carduelis yarrellii*) e Pintor-verdadeiro (*Tangara fastuosa*). A primeira espécie está classificada como criticamente em perigo e as duas últimas como vulneráveis.

Em termos quantitativos, as espécies de aves mais capturadas pelo tráfico no período de desenvolvimento da pesquisa foram Papa-capim (*Sporophila nigricollis*), Galo-de-campina (*Paroaria dominicana*), Sanhaço-cinza (*Thraupis sayaca*), Sebite (*Coereba flaveola*) e Canário-da-terra (*Sicalis flavoela*).

O maior número de aves apreendidas em Alagoas se concentra em Maceió (92% delas) em apreensões realizadas pelo Batalhão da Polícia Ambiental (77%), Polícia Militar de Alagoas (11%), IBAMA (7%) e outros órgãos (5%). Entre os principais pontos de venda do tráfico de animais estão a Feira da Levada, do Graciliano Ramos, do Jacintinho, além dos bairros de Ponta Grossa, Pajuçara, Bebedouro e Benedito Bentes.

De acordo com os exames clínicos realizados pela pesquisa, 87% das aves que deram entrada no CETAS apresentaram comportamento estressado por causa das condições de transporte e falta de alimentação adequada, enquanto 5% delas estavam apáticas. Considerando o estado nutricional delas, 6% estavam caquéticas, 38% magras, e 25% registraram pouca perda de peso. Cerca de 40% estavam desidratadas.

Aproximadamente 17% das aves apresentam penas danificadas e 12% delas tiveram suas penas mutiladas ou arrancadas – o que impediu o retorno imediato à natureza, já que os animais perderam sua capacidade natural de voar. Foi verificado ferimento nos bicos de 37% delas. Cerca de 5% dos animais apreendidos chegaram mortos no CETAS, enquanto 8% deles morreram durante o processo de reabilitação. Mas, a maioria (81%), depois de receber tratamento adequado, foi reintroduzida na natureza.

Consciência ambiental – O professor Isaac Albuquerque explica que o tráfico de animais silvestres existe porque há compradores e que uma das maneiras de se combater o comércio ilegal é o de exigir o certificado de origem. “As pessoas ainda mantêm a tradição de criar aves engaioladas em casa e nem imaginam as consequências negativas decorrentes dessa prática. Cada animal tem seu papel no equilíbrio do meio ambiente. As aves atuam como agentes de polinização, ajudando a espalhar sementes de plantas, ou como predadores de insetos e roedores, frequentemente responsáveis por danos na agricultura”, argumenta. “Muitos dizem que criam passarinhos na gaiola para ter um animal cantando e trazendo alegria para casa, quando podiam naturalmente atrair uma grande quantidade deles plantando árvores frutíferas em seus quintais”, defende.

De acordo com o conceito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), toda retirada de espécies do ambiente natural para fins de comercialização se caracteriza como tráfico. Albuquerque explica que há basicamente três tipos de traficantes de animais silvestres: aquele responsável pela

captura deles na natureza e o atravessador, que atua como ponte entre os caçadores e o mercado. “Esses formam uma verdadeira rede de comércio ilegal que vende os animais brasileiros não apenas no mercado interno como no externo, sobretudo em países da América do Norte e da Europa. Mas, há também os leigos que pegam os animais em seus habitats naturais e revende em feiras livres”, explica.

Isaac Albuquerque afirma que o país perde economicamente com o tráfico e com a destruição de seus recursos naturais, pois a comercialização ilegal não gera renda para o Brasil e a retirada dos animais leva a consequências ecológicas desastrosas por impedir a procriação de espécies, favorecendo a extinção. “Há uma estimativa de que o tráfico de animais silvestres movimentado anualmente no mundo até US\$ 20 bilhões. E a rica biodiversidade brasileira faz do país um dos principais focos dessa prática ilegal que precisa ser cada vez mais combatida pelos órgãos responsáveis”, diz.